

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às 09h 24min no Auditório do Parque Massairo Okamura, ocorreu a 16ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 47ª Reunião Ordinária; Informes; Apreciação da Minuta de Resolução nº 61, que estabelece os critérios técnicos para análises dos pedidos de autorização de perfuração de poços para captação de águas subterrâneas com a finalidade de uso em áreas irrigadas a partir de 30 hectares no domínio do Estado de Mato Grosso; Apreciação da Minuta de Resolução nº 62, que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas subterrâneas para fins de irrigação em áreas a partir de 30 hectares no domínio do Estado de Mato Grosso; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Nédio Carlos Pinheiro, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Telma Luzia Monteiro, representantes da SES; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante da SICME; Sr. Ernandes Sobreira de Oliveira Júnior, representante da UNEMAT; Sra. Lílian Fátima de Moura Apoitia, representante da ABAS; Sra. Alessandra Panizi, representante da FIEMT; Sr. Joilson da Silva Fonseca, representante da VITÓRIA RÉGIA; Sr. Edson Eugenio Bruemuller, representante da MARAJÁ; Sr. Bruno Mees Ferreira, representante da AÇÃO VERDE. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e colocando em apreciação a Ata da 47ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 47ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo passou então a palavra à Secretaria do CEHIDRO, para que a mesma colocasse os informes aos presentes. A Secretaria do CEHIDRO iniciou os informes colocando aos conselheiros que no dia 03 de dezembro de 2013 ocorreu a audiência pública para a eleição dos membros não governamentais e usuários da água que integrarão o Conselho no biênio 2014/2015, onde concorreram 24 entidades e, dentre estas, nove foram eleitas como titulares, sendo elas Alto Jauru Energética LTDA, Araguaia Geradora de Energia LTDA, Companhia Maranhense de Refrigerantes, Federação das Industrias do Estado de Mato Grosso, Instituto Ação Verde, Refrigerantes Marajá S/A, Vitória Régia Água Mineral LTDA, Agropecuária Chapada dos Guimarães S/A, Amaggi Exportação e Importação LTDA e seis entidades como suplentes, na seguinte ordem de suplência: 1º) Empresa Produtora de Energia – EPE; 2º) Garantã Energética S/A, 3º) Amper Empreendimentos Imobiliários LTDA, 4º) Associação dos Engenheiros Sanitaristas e Ambientalistas de Mato Grosso – AESA/MT; 5º) CAB Cuiabá; 6º) Instituto Pantanal-Amazônia de Conservação – IPAC. Colocou que foi apresentado aos conselheiros em reuniões anteriores a questão da exploração do gás de xisto no Brasil e que no dia 29 de novembro ocorreria o leilão referente ao

37 direito de exploração do mesmo, mas o mesmo não ocorreu, destacando ainda que no dia 17 de
38 dezembro ocorrerá uma reunião do CNRH para discutir uma moratória de cinco anos para se ter
39 estudos sobre a exploração deste gás de forma a evitar a degradação ambiental. Em seguida,
40 informou que o PROGESTÃO foi aprovado no dia 12 de novembro e atualmente encontra-se com a
41 ANA passando pelos trâmites internos necessários para se marcar a data da assinatura do contrato.
42 Terminados os informes, o Secretario Executivo passou a palavra a Sra. Talita Menezes, a qual
43 apresentaria a Minuta de Resolução nº 61, que estabelece os critérios técnicos para análises dos
44 pedidos de autorização de perfuração de poços para captação de águas subterrâneas com a
45 finalidade de uso em áreas irrigadas a partir de 30 hectares no domínio do Estado de Mato Grosso, e
46 a Minuta de Resolução nº 62, que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos
47 pedidos de outorga de águas subterrâneas para fins de irrigação em áreas a partir de 30 hectares no
48 domínio do Estado de Mato Grosso, aos conselheiros. A Sra. Talita Menezes questionou se os
49 conselheiros preferiam que fossem lidas as minutas na íntegra ou que a mesma apresentasse os
50 principais pontos, sendo preferida a primeira opção iniciou a leitura da Minuta de Resolução nº 61.
51 Após a leitura do Art. 1º a conselheira Alessandra Panizi questionou como ficarão as irrigação para
52 áreas menores de trinta hectares, não contempladas por estas resoluções, sendo respondida pela
53 Sra. Talita Menezes que seguirá as resoluções nº 43 e 44, que estabelecem critérios gerais para
54 perfuração e outorga de água subterrânea, sendo sugerido pela conselheira Alessandra Panizi que se
55 faça um paragrafo único neste artigo colocando que as áreas menores seguirão estas resoluções, o
56 que foi aprovado pelos presentes. O Sr. José Roberto Ribeiro, geólogo, questionou porque definiu-se
57 a área de 30 hectares e não se colocou 50 hectares, ponderando que usos menores são para
58 sementeiras, sendo respondido pelo Secretario Executivo que foi feito um questionamento aos
59 agrônomos da SEMA e trinta hectares foi considerada a área mais indicada pelo consumo de água.
60 Dando continuidade a Sra. Talita Menezes leu o Art. 2º e o Sr. José Roberto colocou que sempre
61 existe alternativa ao uso da água subterrânea, porém a mesma nem sempre é economicamente
62 viável. O conselheiro Joilson Fonseca sugeriu que devido à extensão do texto fosse feita a leitura de
63 toda a resolução e depois se abrissem para questionamentos e discussões, destacando que a
64 resposta da dúvida pode estar no Artigo seguinte, sendo a sugestão aprovada pelos presentes. A
65 Sra. Talita Menezes continuou e concluiu a leitura da Minuta, incluindo o Anexo I da mesma, e abriu
66 para discussões. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que o Anexo possui um grande volume
67 de informações e exigências e que algumas devem constar no corpo da resolução para não ser uma
68 regulamentação da regulamentação da Lei, especialmente o acompanhamento por técnicos da
69 SEMA, que esta sendo exigido somente no Anexo. Questionou ainda o pré-teste e pediu uma opinião
70 de técnicos que não sejam da SEMA. O conselheiro Joilson Fonseca respondeu à conselheira
71 Alessandra que a ideia é aportar dados para auxiliar os técnicos da SEMA para que possuam mais
72 informações sobre o aquífero e assim subsidiar melhor as análises, ponderando ainda que entende

73 as preocupações da conselheira e que é necessário verificar uma forma de resolver, destacando
74 ainda que os dados são apresentados na forma de gráficos, não tem como maquiar ou inventar estes
75 dados e a SEMA terá condições de analisar. A conselheira Alessandra Panizi questionou então como
76 os empreendedores saberão o número de poços necessários e se os perfuradores não poderão se
77 aproveitar para vender poços além do necessário, ao que o conselheiro Joilson Fonseca colocou que
78 pode acontecer de serem vendidos poços desnecessários, porém o parecer técnico da SEMA vai
79 analisar a necessidade e citar o número de poços de monitoramento. O Sr. José Roberto colocou que
80 a normativa esta muito detalhista, ponderando que a SEMA terá os dados para outorgar ou não os
81 poços, destacando que a preocupação está excessiva e que algumas coisas não funcionam na
82 prática, a exigência de maior número de poços de perfuração onera o empreendedor e a SEMA não
83 tem estrutura para acompanhar todas as perfurações. Colocou ainda que o pré-teste também onera e
84 não esta previsto na ABNT, além da participação dos técnicos da SEMA estar prevista após noventa
85 dias da solicitação, atrasando a perfuração. A Sra. Talita Menezes respondeu que a Minuta de
86 Resolução foi feita seguindo Resolução do DNPM para água mineral. A Secretaria do CEHIDRO
87 complementou que a SEMA preocupa-se por ser uma coisa nova e que não se tem dados e é
88 necessária uma vazão grande que pode causar dano em um recurso que inclusive é uma reserva
89 estratégica do estado e tem o potencial de afetar também a água superficial, a preocupação da
90 SEMA é com a preservação ambiental. O Sr. José Roberto colocou que é feito todo um planejamento
91 para a perfuração do poço e não se pode atrasar a perfuração para atender esta exigência, sugerindo
92 que se retire esta necessidade já que a SEMA pode emitir um documento autorizando a perfuração
93 sem a presença dos técnicos. A Secretária do CEHIDRO colocou que a diferença será somente
94 incluir a necessidade de avisar a SEMA da perfuração do poço no prazo anterior à perfuração, o que
95 é completamente compatível com o planejamento para a perfuração destes poços. A conselheira
96 Telma Monteiro sugeriu que fosse desconsiderada a opinião do Sr. José Roberto e fosse mantida
97 esta obrigatoriedade, pois este tema já foi amplamente discutido na CTAS e se definiu que a melhor
98 saída é manter a mesma. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que fosse alterado este prazo de
99 90 para 60 dias, de forma a forçar a SEMA a agilizar também seus tramites internos. O Secretário
100 Executivo colocou em votação manter a redação do artigo como esta ou retirar a obrigatoriedade da
101 presença do técnico durante a perfuração, tendo sido aprovada por unanimidade a manutenção do
102 texto. Em seguida, colocou em votação a redução do prazo de noventa para sessenta dias, conforme
103 sugerido pela conselheira Alessandra Panizi, o que foi aprovado por unanimidade. O Sr. José
104 Roberto colocou que no Artigo 2º é difícil não se ter alternativa, porém nem todas são viáveis
105 economicamente, sugerindo que seja acrescentado o termo “economicamente viável”, ao que a
106 Secretaria do CEHIDRO ponderou que “economicamente viável” é um termo muito subjetivo. A
107 conselheira Alessandra Panizi sugeriu que se colocasse um paragrafo único neste artigo com o
108 texto “O indeferimento da utilização da água subterrânea citado no *caput* deverá ser justificado pela

109 SEMA-MT”, de forma que o empreendedor tenha conhecimento do motivo do indeferimento, inclusive
110 que tenha se considerada existente uma alternativa viável, de forma que possa discutir esta decisão,
111 o que foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. O conselheiro Joilson Fonseca ponderou que
112 o técnico que apresenta o projeto de perfuração também deve justificar a necessidade de uso da
113 água subterrânea, sugerindo que esta exigência conste da lista de exigência de documentos do
114 pedido de autorização de perfuração constante do anexo, sendo aprovado por unanimidade e
115 acrescentado o parágrafo “Além de todos os documentos previstos, o projeto a ser protocolado na
116 SEMA deverá conter justificativa para o uso da água subterrânea, em detrimento da água superficial”
117 no item 2 do Anexo I. O Sr. José Roberto questionou o porque da necessidade de se exigir o pré-
118 teste, uma vez que o objetivo da SEMA são os dados do teste em si, ao que a Sra. Talita Menezes
119 respondeu que o pré-teste é necessário para dimensionar a bomba e o local de instalação do poço de
120 observação, evitando assim maiores gastos com a realocação deste poço. O Secretario Executivo
121 então colocou em votação a Minuta de Resolução nº 61, que estabelece os critérios técnicos para
122 análises dos pedidos de autorização de perfuração de poços para captação de águas subterrâneas
123 com a finalidade de uso em áreas irrigadas a partir de 30 hectares no domínio do Estado de Mato
124 Grosso, a qual foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Dando continuidade à
125 pauta, a Sra. Talita Menezes procedeu à leitura da Minuta de Resolução nº 62, que estabelece
126 critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas subterrâneas para
127 fins de irrigação em áreas a partir de 30 hectares no domínio do Estado de Mato Grosso. A
128 conselheira Lilian Apoitia colocou que a equipe técnica da SEMA, durante análise da minuta no dia
129 anterior, verificou a necessidade de alteração de alguns pontos, colocando que o primeiro é a troca
130 de “nível da água” por “nível estático” no § 1º do Art. 3º, ponderando que esta é a nomenclatura
131 correta, o que foi aprovado. Em seguida sugeriu a supressão do Art. 8º pois o mesmo está idêntico à
132 um artigo do Decreto Estadual nº 336, que regulamenta a outorga de direito de uso da água, ao que a
133 conselheira Alessandra Panizi concordou, porém sugerindo que se buscasse a alteração no Decreto
134 deste prazo para 120 dias. Posto em votação, foi aprovada a supressão do Art. 8º. Dando
135 continuidade, a conselheira Lilian Apoitia colocou que outra sugestão é a alteração do texto do Art. 9º
136 para “A periodicidade do monitoramento quantitativo, qualitativo e o envio das informações a SEMA
137 será estabelecido na portaria de outorga” e a transformação do seu paragrafo único em um artigo
138 seguinte ao Art. 9º, o que foi aprovado. A conselheira Lilian Apoitia questionou à conselheira
139 Alessandra Panizi a validade do Art. 11, já tem itens diferentes do existente no Decreto nº 336, ao
140 que a conselheira Alessandra Panizi sugeriu que se retirasse os itens e se alterasse o texto para “A
141 outorga de direito de uso de águas subterrâneas poderá ser suspensa pela SEMA, de forma parcial
142 ou total, por prazo determinado ou indeterminado, sem qualquer direito de indenização ao usuário, de
143 acordo com a legislação ambiental”, o que foi aprovado pelos presentes. A conselheira Lilian Apoitia
144 questionou então se pode utilizar o Art. 10 para a análise de processos de perfuração já protocolados

145 na SEMA, ao que foi respondido negativamente e como forma de solucionar a questão foi sugerido
146 que se incluísse na Resolução nº 61 um artigo com o texto “Os processos de requerimentos de
147 autorização de perfuração de poço tubular para irrigação de áreas a partir de 30 hectares que se
148 encontram em análise deverão se adequar as exigências desta Resolução”, o que foi aprovado. Foi
149 sugerido que o *caput* do Art. 10 fosse alterado para “Os poços tubulares perfurados para outro fim,
150 com ou sem autorização de perfuração, deverão atender a todas as solicitações técnicas
151 estabelecidas por esta Resolução, pela Resolução nº 61, de 05 de dezembro de 2013, e ainda
152 apresentar a perfilagem optica quando se destinarem à irrigação em áreas a partir de 30 hectares,
153 sujeitas a aprovação ou não do órgão outorgante” e fosse incluído um parágrafo único com o texto
154 “Os poços perfurados com a finalidade de irrigação construídos antes da entrada em vigor desta
155 Resolução, deverão apresentar a mesma documentação exigida no *caput*”, de forma a englobar os
156 casos de poços perfurados antes da resolução com a finalidade de irrigação e também poços
157 perfurados anteriormente com outras finalidades, além dos processos que encontram-se em análise,
158 o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes. A conselheira Alessandra Panizi destacou que
159 orientou seus votos e suas opiniões na opinião técnica do conselheiro Joilson Fonseca, que é
160 geólogo e tem aprofundado conhecimento da área, devido à seu desconhecimento técnico do tema
161 tratado por estas resoluções. O Secretario Executivo ponderou que será necessária uma revisão do
162 português e da numeração dos artigos antes de enviá-las para votação, colocando em votação a
163 Minuta de Resolução nº 62, que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos
164 pedidos de outorga de águas subterrâneas para fins de irrigação em áreas a partir de 30 hectares no
165 domínio do Estado de Mato Grosso, já com as alterações, o que foi aprovado por unanimidade pelos
166 conselheiros presentes. Terminada a pauta, o Secretario executivo abriu a palavra para os
167 conselheiros. A conselheira Alessandra Panizi colocou que é representante titular da FIEMT no
168 CEHIDRO e defende sempre as demandas do setor, porém tratou a discussão de hoje da forma mais
169 imparcial possível, visando apenas a proteção ambiental. Colocou ainda que foi feita dentro da FIEMT
170 uma ampla mobilização com toda a indústria no Estado, tanto que dentre os 24 habilitados 21 eram
171 indústrias e houve dentro da FIEMT uma eleição entre estes habilitados para definir com que
172 empresa ficaria a vaga de representante não governamental e usuários de água, destacando que isto
173 demonstra a importância que a água tem para a indústria e o interesse desta em participar das
174 decisões. Ponderou que devido a repercussões após o processo eleitoral sentiu necessidade de
175 explicar que não foi decisão sua a distribuição das vagas, e sim uma decisão de todos os envolvidos
176 e que fez sim uma mobilização buscando que a indústria tivesse participação nas decisões referentes
177 a um recurso essencial ao seu processo produtivo, que é a água, colocando que algumas entidades
178 que historicamente participam do Conselho infelizmente não entraram, porém não foi feito nada ilegal,
179 não foi excluído ninguém, apenas contemplados os setores que se mobilizaram. Nada mais a ser dito,
180 o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 48min e eu,

181 Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário
182 Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

183

184

185 **JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO**

NÉDIO CARLOS PINHEIRO

186 Presidente do CEHIDRO

Secretário Executivo do CEHIDRO

187

188 * Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 19.02.2014.

189 ** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.